



Programa Eleitoral do Partido Comunista Brasileiro

Texto para fins de registro no TRE/SP

São Paulo no rumo do Socialismo!

GABRIEL COLOMBO

GOVERNADOR

MANOEL MESSIAS

VICE-GOVERNADOR

EIXOS PROGRAMÁTICOS

- SÃO PAULO DO TRABALHO E DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO**
- TERRA, AGRICULTURA E COMBATE À FOME**
- DIGNIDADE PARA ALÉM DO EMPREGO: MORADIA, TRANSPORTE E REPRODUÇÃO DA VIDA**
- SAÚDE: A VIDA ACIMA DOS LUCROS**
- SOLIDARIEDADE DE CLASSE: O PODER POPULAR CONTRA O MILITARISMO, O MACHISMO, O RACISMO E TODA FORMA DE OPRESSÃO!**
- O FUTURO DE SÃO PAULO: EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

INTRODUÇÃO

A emancipação da classe trabalhadora será obra da sua própria organização independente, o Poder Popular. Por isso mesmo, sem nutrir quaisquer ilusões no caráter de classe do Estado brasileiro (um aparato repressivo atrelado, por inúmeros laços econômicos e sociais, aos interesses dos grandes proprietários privados), apoiamos qualquer reforma democrática que amplie os meios de influência das amplas massas trabalhadoras e pobres sobre a vida pública, como meio de organização e conscientização; e somos contra toda reforma que sirva meramente como meio de cooptação ou repressão.

São cerca de 44,2 milhões de pessoas em 645 municípios que habitam o Estado de São Paulo. A maioria das cidades são pequenas, sendo 273 delas com menos de 10 mil habitantes. A maior parte da população, no entanto, 75,4%, habita um dos 78 municípios com mais de 100 mil habitantes. A realidade paulista é bastante urbana: 96,4% vivem nas cidades, enquanto apenas 3,6% estão na zona rural.

O Estado sedia o maior parque industrial e a maior produção econômica do país. Ao mesmo tempo, abriga enormes desigualdades socioeconômicas regionais e concentração de grande pobreza.

Diante de realidades tão distintas, o programa de governo precisa considerar tais condições. E mais: precisa defender um projeto que busque avançar na organização do povo, condição fundamental para enfrentar a desigualdade e superar o capitalismo.

1. SÃO PAULO DO TRABALHO E DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Os 28 anos de governos do PSDB fizeram do estado de São Paulo a locomotiva do projeto neoliberal no país. Promoveram amplas privatizações e cortes de investimentos que reduziram a capacidade do Estado planejar o desenvolvimento, promover a industrialização, atender às necessidades populares e gerar emprego. Entregaram a economia nas mãos do capital privado. O resultado contemporâneo é a precarização do trabalho, sucateamento dos serviços públicos, desindustrialização e reprimarização das exportações paulistas.

Desigualdade social. Quando falamos de trabalho e economia, é impossível não olhar para a enorme desigualdade que deixa sua marca em nosso estado. Vamos ver alguns dados que refletem essa realidade:

O índice estadual de desemprego em 2021, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), era de 13,4%. A taxa de trabalhadores informais (entre eles, empregados domésticos sem carteira assinada ou trabalhadores por conta própria, que não contribuem para a previdência social) é de 29,9%, segundo o IBGE (o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Há uma proporção maior de mulheres em trabalhos informais, e mais pessoas negras no mesmo tipo de trabalho.

Entre os anos 2000 a 2010, houve uma retração no setor industrial, considerando produção de bens de consumo não duráveis, duráveis e intermediários.

A terceirização tornou-se um dos principais mecanismos utilizados pela burguesia para ampliar seus lucros, e também representa mais precarização do trabalho.

O maior parque industrial de São Paulo está próximo da capital. Essa característica reflete na própria oferta de emprego, no tipo de trabalho disponível e na taxa de crescimento da região.

A informalidade digital também é algo que se destaca no estado e em todo país. No Brasil, são cerca de 3,8 milhões de pessoas que trabalham em aplicativos e plataformas digitais como sua principal fonte de renda - basta lembrar dos trabalhadores da Uber, do Cabify, Ifood e Rappi. Estes “apps” representam hoje alguns dos principais exploradores da força de trabalho nos grandes centros urbanos.

Os trabalhadores, obrigados pela falta de oportunidades a se submeterem aos termos das plataformas, não têm carteira assinada, não têm acesso a uma série de direitos trabalhistas e previdenciários, como seguro para acidente de trabalho, além de terem que custear seus próprios instrumentos de trabalho - automóvel, bicicleta ou moto, “bag” para transporte de alimentos, gasolina etc.

Com essa realidade em mente, propomos formas de intervenção que possam oferecer resistência a esse avanço da precarização das relações de trabalho.

1.1. Trabalho

- **Acabar com o desemprego:** o estado de São Paulo deve ser a ponta de lança na luta pela redução da jornada de trabalho semanal para 30 horas, sem redução de salário, em todo o país, bem como da luta pelo fim dos bancos de horas. Essas medidas podem e devem ser aplicadas desde já no âmbito estadual, ao menos em todas as empresas e serviços públicos, autarquias e exigida de empresas prestadoras de serviço para o estado;
- **Programas emergenciais de empregos:** criar frentes de trabalho urbanas e rurais para obras de saneamento, habitação, reforma de escolas, hospitais, zeladoria das regiões empobrecidas e periféricas do estado e ampliação da malha metroferroviária;
- **Quintuplicar o salário mínimo:** de acordo com a pesquisa mensal de preços do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.527,67, ou 5 vezes piso estadual de R\$ 1.284,00. Lutaremos pela aprovação de um salário mínimo estadual (e também nacional) condizente com esses parâmetros para todos os assalariados do estado, além de instituir esse montante como piso salarial para servidores estaduais.
- **Concurso público emergencial:** abrir concursos públicos em regime de urgência em todas empresas e órgãos públicos que estejam com déficit de trabalhadores (saúde, educação, saneamento, transporte etc.) e convocar imediatamente todos os servidores já aprovados em concursos anteriores ainda válidos. Estabelecer amplas políticas de cotas nos concursos públicos, utilizando inclusive critérios de proporcionalidade com base na radiografia da nossa população (por exemplo, reservar 35% das vagas de todos os concursos para a população negra, refletindo a composição populacional);
- **Vínculo de trabalho nas plataformas digitais:** defender a formalização do vínculo de trabalho com empresas de aplicativos (empresas intermediadoras digitais) com pagamento não apenas pelo produto entregue, mas também pelas horas de espera às portas dos restaurantes, que gera processos de exaustão física e mental dos/as trabalhadores/as que, sem direitos e garantias, trabalham em jornadas longas para garantir o mínimo necessário à sobrevivência;
- **Cooperativas de trabalhadores de apps:** criar cooperativas municipais de trabalhadores de aplicativos, a partir de um software público, para repartir entre os trabalhadores todos os rendimentos e direcionar para um fundo de gestão comum somente o necessário para a manutenção do serviço;
- **Proibição de demissão sem justa causa:** pressionar no plano nacional pela proibição das demissões sem justa causa e pela garantia de estabilidade no emprego, a começar pelas empresas públicas e por seus servidores. A nível estadual, estabelecer a proibição de demissões sem justa causa nos empregos públicos (em empresas de economia mista, por exemplo) e o

emprego prioritário das pessoas mais precarizadas, utilizando como uma das métricas o CadÚnico. Estabelecer isso como uma das condições de fomento de investimento público;

- **Fim de terceirizações:** a nível federal, pressionar pelo fim da terceirização nos serviços públicos, com a incorporação de todos trabalhadores terceirizados e CLTistas como servidores estatutários. A nível estadual, incorporar imediatamente todos os terceirizados como CLT, com vínculo direto com o governo estadual, e posterior abertura de concursos para incorporação desses trabalhadores;
- **Licença-maternidade ampliada:** estabelecer uma licença maternidade de, no mínimo, 12 meses, e a ampliação da estabilidade após-retorno ao trabalho, a começar pelas empregadas de empresas públicas e servidoras;
- **Inspecções de direitos:** estabelecer inspecções periódicas para verificação do cumprimento da legislação trabalhista em empresas de grande e médio porte, verificando em especial as condições de igualdade salarial independente de quaisquer formas de discriminação (gênero, raça etc);
- **Licença-paternidade:** regulamentar e ampliar a licença paternidade (para o mínimo de 12 meses), para que haja o devido compartilhamento do cuidado à criança, a começar pelas empresas públicas e servidores estaduais;
- **Combater o aumento do custo de vida da classe trabalhadora:** congelar preços e tarifas da eletricidade, água, saneamento e outros serviços essenciais estaduais;
- **Revogar os ataques ao servidorismo:** revogar reforma previdenciária estadual, o confisco das aposentadorias e pensões (Decreto 65.021/20) e o Projeto de Lei Complementar 26/2021, a chamada Reforma Administrativa Estadual;
- **Reajustar salário dos servidores públicos e empregados públicos estaduais, compatível com o aumento da inflação.** Observa-se nestes últimos anos uma perda real do salário dos trabalhadores estatutários, o que impacta nas condições de vida e sobrevivência dos trabalhadores e na qualidade da assistência prestada, visto que muitas vezes esses trabalhadores necessitam ampliar a carga horária para garantir a sua subsistência e de sua família;

1.2. Planejamento Econômico

- **Menos impostos para os mais pobres:** a nível nacional, defender a isenção de impostos e taxas para trabalhadores desempregados e até o salário mínimo do DIEESE; a nível estadual, lutar pela isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a cesta básica;
- **Mais impostos para os mais ricos:** ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) progressivo; cobrar IPVA (Imposto Sobre Propriedade de

Veículo Automotor) de helicópteros, jatinhos e outros veículos de luxo; sobretaxar bens de consumo de luxo;

- **Fim imediato das desonerações fiscais para as grandes empresas** (que somaram, só no ano de 2019, R\$ 24.863 bilhões);
- **Criar um banco estadual público**, com foco nas pessoas físicas, nas estatais, nas micros, pequenas e médias empresas, nos investimentos públicos e no desenvolvimento regional do estado, sobretudo nas regiões mais pobres. Uma das funções principais do banco será angariar investimentos para a reestatização de empresas estratégicas. Por meio do banco estadual, criar um **Fundo Para Desenvolvimento Social**, de forma a melhorar as condições de vida da população;
- **Reestatizar empresas privatizadas pelos governos PSDB** (FEPASA, Metrô, CPTM, operação da EMTU e gestão das rodovias; Banespa; Telesp; Eletropaulo, CESP, CPFL, Comgás, Elektro; entre outras), tanto por meio da encampação quanto utilizando os bancos estaduais de investimento;
- **Reverter Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 (antiga PL 529/2020)**, que autoriza o governo a extinguir várias estatais;
- **Reverter abertura a capitais privados nas empresas públicas de economia mista, como a SABESP** (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), comprando todas as ações que estão nas mãos da iniciativa privada, dividindo essas ações entre os bancos estaduais e os sindicatos vinculados a essas empresas; estabelecer política de gestão dos recursos hídricos ambientalmente responsável e voltada à maioria da população, não aos lucros.
- **Suspender pagamentos e juros da dívida pública estadual**, com vistas à moratória das dívidas com os grandes credores especuladores (estimada atualmente em 22 bilhões de reais). Cobrar grandes devedores de ICMS e outros tributos estaduais;
- **Finalizar gestão dos serviços públicos por meio de Organizações Sociais privadas**, na perspectiva de serviços de saúde e educação 100% públicos e gratuitos;
- **Instituir um orçamento popular deliberativo para todas as secretarias e investimentos estaduais**;
- **Defender a ampla participação dos trabalhadores na gestão das estatais e da economia em geral**, por meio de conselhos populares deliberativos nas empresas públicas estaduais;
- **Direcionar proporcionalmente mais investimentos públicos para as regiões mais pobres do estado** (com menores índices de IDH e correlatos);

- **Apoio à economia cooperativa e autogestionária:** nas licitações e compras públicas, estabelecer editais que priorizem a aquisição de bens e insumos oriundos de empreendimentos autogestionários.

2. TERRA, AGRICULTURA E COMBATE À FOME

O Brasil transitou de uma economia agrário-exportadora do período colonial para o capitalismo monopolista industrializado, o que o coloca entre as dez maiores economias do mundo, com capacidade de produzir todos os bens e serviços de que o país necessita.

Parte do processo capitalista brasileiro, a não realização da reforma agrária está ligada à reestruturação da produção agrícola baseada numa modernização conservadora (o que foi denominado de “revolução verde”).

Temos um contexto com concentração massiva de terras por meio de grandes latifúndios e o uso intensivo de maquinário e insumos químicos no campo. Nos anos 2000, houve uma reorientação sob diretrizes do Banco Mundial para um crescimento econômico envolvendo grandes empresas do setor industrial e do agronegócio.

Por outro lado, não houve e não há investimentos significativos na agricultura familiar e na produção de alimentos.

A questão da terra e da produção agrícola ainda é uma questão central em nosso país e em nosso estado. Por exemplo, temos a produção em larga escala de cana de açúcar em São Paulo, com enorme concentração de terra e produção de monocultura, baseada na exportação.

Como há uma ausência de produção de alimentos, e parte dessa produção é exportada por conta da ausência de política de soberania alimentar, a comida acaba tendo preços mais caros e grande parte da classe trabalhadora atualmente tem tido enorme dificuldade de garantir o mínimo para alimentar as suas famílias. No estado de São Paulo apenas 10,8% da produção total corresponde a participação da agricultura familiar¹.

Uma política de demarcação e respeito às terras indígenas e quilombolas também é uma questão estadual. Apenas 0,3% do território do estado corresponde a terras indígenas e disto apenas 14,7% correspondem a unidades de conservação².

Na medida que a grande propriedade privada da terra e do agronegócio se expande, aumentam também o desmatamento das florestas, a intensificação do uso de agrotóxicos, a superexploração dos trabalhadores e o desrespeito às Áreas de Preservação Permanente, aos territórios indígenas e aos quilombos.

O resultado é a perda da biodiversidade, a poluição da água e do solo, a morte de nascentes de água, a redução do lençol freático e assoreamento dos rios, contribuindo com o agravamento da crise hídrica e ambiental.

O uso do solo urbano não é diferente, pois é ditado pela especulação e concentração imobiliária para atender a produção de lucro e de renda, desconectado das necessidades da maioria trabalhadora da população. Assim, a população é

¹ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf

² https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf

forçada a estabelecer moradia em favelas e em áreas de risco, como margens de rio e encostas de morros.

A privatização das empresas de água e saneamento também contribui com o agravamento da crise hídrica e ambiental, já que deixam de investir na expansão e qualidade da rede em detrimento de remunerar grandes empresários e acionistas. Quem paga a conta é o povo.

Consideramos essencial a organização e a luta em torno dos seguintes pontos referentes a terra, uso do solo, agricultura e combate à fome:

- **Confiscar sem indenização grandes propriedades fundiárias do agronegócio (a princípio, aquelas que não cumpram função social, isto é, são improdutivas, infringem leis trabalhistas e/ou cometeram crimes ambientais) para plantio, prioritariamente, alimentar;**
- **Promover a reforma agrária**, compreendendo o direito de uso e usufruto para os assentados em pequenos lotes, sem direito de revenda das terras, fomentando a organização de cooperativas para apoio à produção agroecológica, ao armazenamento e ao escoamento de gêneros para alimentação popular;
- **Priorizar produtos da agricultura popular nas compras pelo poder público** para fornecimento às redes escolares, hospitalares, restaurantes populares e outras redes semelhantes, estabelecendo parcerias com movimentos populares como o MST e o MPA;
- **Priorizar formas coletiva e estatal de propriedade da terra**, apoiadas por políticas de infraestrutura, de crédito, de apoio técnico, de armazenagem e transporte de produtos para atendimento às necessidades da população;
- **Apoiar pequenos agricultores e pecuaristas;**
- A nível estadual, criar a **AgroSP, empresa pública para desenvolvimento das terras agricultáveis do estado de São Paulo**, para realizar a produção das grandes unidades produtivas, em forte interação com os Institutos de Pesquisa e Universidades Estaduais Paulistas para viabilizar soberania tecnológica e promover a inovação ecológico-produtiva, com base nos Zoneamentos Econômicos-Ecológicos.;
- Na forma privada, travar a luta pela sua subordinação ao planejamento público e pelos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, visando também a estatização pelo princípio do cumprimento da função social;
- **Promover uma política de restauração florestal, produção de água e proteção dos mananciais em todo o estado de São Paulo**, recuperando e ampliando a biodiversidade de nossos biomas e nas Áreas de Preservação Permanente (APP), a partir de tecnologias já existentes nas universidades estaduais paulistas;
- **Fiscalizar o uso privado da terra**, promovendo a desapropriação de todas as propriedades que cometam crimes ambientais;

- **Respeito à autodeterminação dos povos indígenas e seus territórios;**
- **Apoiar à demarcação das 30 terras indígenas existentes em São Paulo;**
- Impedir o avanço do mercado imobiliário sobre as terras do povo Guarani no Pico do Jaraguá;
- Promover a titulação dos territórios quilombolas no estado de São Paulo;
- Acabar com a sobreposição dos Parques Estaduais sobre os territórios quilombolas;
- Promover políticas de promoção da memória quilombola e turismo nas comunidades remanescentes de quilombos;
- Construir estradas de acesso aos quilombos, sem que nunca qualquer obra de infraestrutura seja realizada sem a prévia consulta às comunidades atingidas;
- Garantir o atendimento primário à saúde nas comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas e o acesso integral ao sistema de saúde;
- **Ampliar as redes de restaurantes populares, com expansão e aperfeiçoamento do programa Bom Prato**, com fornecimento mínimo de três refeições diárias de qualidade. Hoje temos 60 unidades (são 22 delas localizadas na capital, 12 na Grande São Paulo, 8 no litoral e 18 no interior) do restaurante Bom Prato. Nossa meta é triplicar o número de unidades físicas em 3 anos e ampliar as entregas volantes de refeições para pelo menos 30 unidades;
- Expandir os restaurantes Bom Prato para todos os distritos da capital paulista, de modo a incluir os distritos onde ainda não está presente, e construir restaurantes nas regiões e municípios mais pobres do Estado;
- Expandir os horários e dias de atendimento do Bom Prato para funcionarem todos os dias (incluindo feriados);
- Tornar a gratuidade das refeições para a população de rua uma política permanente, para além da pandemia;
- Trabalhar na estatização progressiva desse programa, até torná-lo 100% público em todas as etapas;
- Estabelecer parcerias com o MTST e outros movimentos populares que atuam nas cozinhas solidárias, para abastecerem as unidades do Bom Prato, com vínculos de trabalho formais e direitos sociais garantidos para esses trabalhadores.

3. DIGNIDADE PARA ALÉM DO EMPREGO: MORADIA, TRANSPORTE E REPRODUÇÃO DA VIDA

O déficit habitacional chama atenção: 1,16 milhão de moradias se encontram nesta condição. Na inadequação habitacional são 3,19 milhões de moradias. As duas dimensões das necessidades habitacionais correspondem a cerca de 30% de todo o parque domiciliar do estado.

Tais necessidades têm relevância especialmente nas regiões metropolitanas do estado, sendo que, por exemplo, 77% do déficit habitacional distribui-se nas 6 Regiões Metropolitanas, com destaque para a RMSP - Região Metropolitana de São Paulo -, e outros 23% nos demais municípios.

A maioria dos programas habitacionais visa ofertar a preços mais baratos (ou até gratuitamente) a propriedade privada das moradias. No entanto, a propriedade privada nem sempre atende às demandas da população: o preço da parcela pode ser muito pesado para o orçamento das famílias que atendem ao programa (mesmo R\$100,00 pode representar muito do orçamento familiar).

Por outro lado, a dinâmica da vida dos trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo exige um certo grau de mobilidade. Neste sentido é importante que o PCB fortaleça um programa de aluguel de moradias estatais.

O Estado pode construir essas moradias e ao invés de distribuir gratuitamente esta casa (o que coloca um problema quando ela precisa vender a casa) ou vendê-la de forma subsidiada, o programa irá alugar a casa, cobrando um aluguel que represente um valor mínimo na renda da família. O valor do aluguel não deve estar relacionado ao custo do imóvel ou à média de preços da região, mas à renda familiar. É importante garantir diferentes tipologias de imóveis.

O maior custo de produção das moradias é o terreno. Com o banco de terrenos públicos do Estado de SP é possível fomentar experiências semelhantes à FUCVAM no Uruguai.

Agora falemos das soluções problemáticas que se escondem na alcunha de “cidade inteligente”. Tem se adotado nas cidades brasileiras (e São Paulo capital é uma protagonista) o monitoramento das ruas e espaços.

Esta atividade apresenta diversos problemas: empresas privadas que armazenam esses dados; invasão de privacidade segundo legislado pela própria lei de proteção de dados federal; além do que as tecnologias tem alto nível de ineficácia para rostos negros. É preciso regular e limitar o uso dessas ferramentas no nosso país e estado.

Segundo IBGE³, há um maior número de domicílios localizados em áreas sujeitas a inundações em áreas da região metropolitana quando comparado com outras regiões do estado. Quando analisado o risco de deslizamento, os riscos na região metropolitana como em outras regiões do estado são basicamente equivalentes.

³ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>

É essencial que o governo do estado faça uma análise e estruture efetivamente política de urbanização e suporte a estas famílias para garantir que tragédias sejam evitadas.

- Ninguém deve morar na rua. Garantir que toda a população em situação de rua tenha acesso a dignidade, emprego, moradia, assistência social e tratamento de saúde.
 - Programa de moradia definitiva voltado para população em situação crônica de rua;
 - Construção de casas solidárias com assistência social, psicólogos, fornecimento de cursos profissionalizantes;
 - Frente de trabalhos públicos voltadas à população vinda de situação de rua com salário mínimo do DIEESE;
 - **Meta:** Até o final do primeiro mandato, zerar ou reduzir em 90% a população de rua nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos, colocando a médio e longo prazo, o objetivo de zerar toda a população em situação de rua no estado;
- **Promover um amplo programa estatal de moradia social;**
- **Despejo zero:** acabar com as reintegrações de posses e despejos coletivos em imóveis e terrenos abandonados de São Paulo.
- **Regulamentar preços dos aluguéis** considerando a renda média da população trabalhadora para que não existam preços abusivos, combatendo a especulação imobiliária e o ônus excessivo de aluguel. A formulação e fiscalização desta medida deverá ser acompanhada por Conselhos Populares de Habitação;
- Acabar com o monitoramento remoto das cidades brasileiras por empresas privadas e internacionais.
- **Chega de casa sem gente e gente sem casa:**
 - Fiscalizar e acompanhar junto às prefeituras o mapeamento dos imóveis ociosos;
 - Abrir canal de denúncias para que a população e movimentos sociais notifiquem o Estado sobre imóveis ociosos em suas cidades;
 - Aplicar em todas as cidades do estado os instrumentos de regulação da função social da propriedade, demarcação de ZEIS e conversão de imóveis ociosos para moradia e uso público;
 - Promover um programa de moradia popular com recursos para conversão de imóveis ociosos em habitação social;
 - Construir moradias populares novas ou por reformas de edifício antigos, fomentando a construção por autogestão, em cooperativas de produção habitacional e em parceria com os movimento de moradia;
- Promover **programas emergenciais de oferta de moradia** para os trabalhadores que não dispõem de um local para morar;
- **Estatizar e integrar os sistemas de transporte coletivo urbano**, por meio da EMTU, iniciando essa integração com as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos, como experiências piloto;

- Priorizar **transporte ferroviário e interurbano**;
- Financiar **sistema de transporte público por impostos progressivos sobre os mais ricos**, viabilizando a **tarifa zero do transporte público**;
- **Reestatizar a gestão rodoviária**, com congelamento e reavaliação das tarifas dos pedágios;
- Defender a **ampliação das creches públicas** em locais de trabalho, moradia e estudo e a criação de locais de acolhimento e cuidado de crianças no horário noturno;
- Criar e ampliar **refeitórios e lavanderias públicas**, possibilitando a emancipação da mulher dos trabalhos domésticos por meio de sua socialização;
- Criar uma empresa estatal estadual (com conselhos populares deliberativos e uma política salarial que vise alcançar o salário mínimo do Dieese) para viagens intermunicipais, com política de tarifas mais acessíveis, para concorrer com as empresas privadas, e angariar fundos para financiar outras políticas estaduais;
- Tirar todos os projetos de expansão da CPTM e Metrô do papel nos próximos 3 anos. Reverter todas as privatizações nestas duas empresas em todas as suas linhas, ampliando o quadro de funcionários. Levar o transporte metroferroviário para o interior e litoral, de bate-pronto priorizando a construção de linhas da CPTM até Campinas e Santos, contribuindo para a circulação de pessoas, mercadorias e empregos. Também nos comprometemos com uma política de transporte público 24 horas nos grandes centros urbanos do estado, começando pelo Metrô, CPTM e EMTU em São Paulo. Vamos retomar os empregos dos cobradores, como agentes de bordo, ajudando no recolhimento das cobranças e na segurança dos ônibus, retirando esse acúmulo de função sob os motoristas. Também acabaremos com a política repressiva e de polícia da segurança do Metrô e CPTM, sobretudo a repressão sob os marreteiros (vendedores ambulantes).
- Promover uma política de qualificação das áreas de risco ocupadas com habitações, a partir da construção de barreiras de contenção nas áreas de risco, políticas de escoamento e cuidado ecológico com encostas; ou, nos casos de risco irreversível, com pronta oferta de moradias alternativas à população;
- Promover a reparação integral e digna para todas as famílias, comunidades, bairros e municípios atingidos por barragens, enchentes e deslizamentos de terra. Por uma política de acesso à energia, água e eletricidade para essas famílias;
- Construir uma política de habitação na região das comunidades atingidas pela inundação de barragens. Garantir moradias provisórias e de qualidade para todas as famílias atingidas por enchentes e deslizamentos de terra e, caso sejam comunidades com ocupações históricas, reconstrução da região atingida para o retorno dessas comunidades ao local.

4. SAÚDE: A VIDA ACIMA DOS LUCROS

O Estado de São Paulo tem sofrido cronicamente com cortes em investimentos em saúde. Só em 2021, por exemplo, foram cortados 820 milhões de reais do orçamento da Saúde, em plena pandemia de covid-19, cuja necessidade era, ao contrário, por maior número de leitos e financiamento para o setor.

A saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores nunca foi prioridade para os governos tucanos nessas duas últimas décadas. A crise sanitária vivenciada deixou isso evidente, e também mostrou a importância de garantir o acesso à saúde para todos e todas.

Ao governo do estado cabe o atendimento no nível secundário e terciário à saúde, ou seja, atendimento ambulatorial, exames especializados, atendimento hospitalar e de alta complexidade. Grande parte do investimento da atenção primária à saúde - que corresponde aos Centros de Saúde, UBS e Unidades de Saúde da Família - é feito pelo governo municipal. No entanto, se não há uma rede de atendimento completa, muitas mortes acontecem por falta de assistência.

Nós, comunistas, consideramos que a saúde é condição primordial para a libertação da classe trabalhadora. As experiências de governos comunistas tiveram como prioridade a constituição de um sistema que garantisse atendimento sem custos para a população, com priorização da constituição de uma atenção primária à saúde fortalecida - um atendimento próximo ao local de moradia e trabalho.

Saúde não é só tratar das doenças. Temos que garantir atividades de prevenção, promoção e tratamento de saúde, considerando que diversas questões impactam na qualidade de vida da população, como moradia, condições de trabalho, estudo, cultura, infra-estrutura urbana, alimentação e inclusive acesso aos serviços de saúde. Para constituir um programa que vise a emancipação da classe trabalhadora temos que avançar em diversas esferas que impactam na determinação social do processo saúde-doença, mas destacamos neste eixo questões sobre o setor saúde e políticas públicas de saúde mais especificamente.

Por isso, em nosso programa eleitoral, consideramos essencial a organização e a luta em torno dos seguintes pontos referentes à saúde:

4.1. Sistema Único de Saúde estatal e para toda população

As políticas públicas de saúde vem sofrendo com histórico subfinanciamento, como já mencionamos, sendo priorizada a implementação de uma política no setor atrelada com interesses do setor privado, visando a geração de grandes lucros. Enquanto comunistas, reafirmamos a importância da implementação da política pública com o máximo de desvinculação do mercado privado, em compromisso com a defesa da vida acima dos lucros.

O estado de São Paulo tem uma das maiores concentrações de contratos e convênios com prestadores privados e filantrópicos, sendo constatado aumento real de recursos financeiros e número de parcerias público-privadas nos últimos anos. Este modelo de gestão, no início de sua implementação, se concentrava nas

grandes cidades, especialmente no setor terciário de saúde (hospitais e complexo farmacêutico industrial); nas últimas décadas, observa-se a expansão para unidades ambulatoriais, de análises clínicas e centros de atendimento, e também nos setores de atenção primária à saúde, além de haver uma interiorização do modelo de gestão de Organizações Sociais em Saúde, difundido pelos governos tucanos.

A privatização da assistência à saúde impacta os trabalhadores do setor que vivenciam instabilidade e tem contratos de trabalho mais precarizados, com terceirizações e quarteirizações, com sujeição a "cortes e fechamentos de serviços" em momento de política de austeridade, além de significativa redução ou suspensão de contratos/convênios com reflexos na oferta de serviços à população, algo que observamos durante a pandemia de covid-19 em nosso estado.

Dessa maneira, entendemos como bandeiras primordiais de nosso programa a luta:

- **Expandir e efetivar o sistema de saúde público, 100% estatal**, que garanta a universalidade de acesso e sua gratuidade, incluindo-se a produção, garantia e oferta estatal de medicamentos essenciais;
- **Reverter imediatamente o processo de privatização** já instalado em diversos setores da saúde e que se manifestam por meio de convênios e contratos com instituições privadas e filantrópicas, freando a tendência atual de ampliação e interiorização deste modelo de gestão no estado;
- **Expandir e efetivar de forma 100% estatal das políticas de saneamento básico**, para atender as necessidades ambientais e sanitárias da classe trabalhadora, com a implantação de uma estrutura hierarquizada e descentralizada e controle popular sobre sua operação;
- **Aumentar o financiamento do Instituto Butantã** para produção de vacinas e medicamentos a serem distribuídos nos serviços de saúde, priorizando a produção própria, com controle e regulação estatal da compra e da distribuição de medicamentos da indústria farmacêutica privada;
- **Contratar trabalhadores da área da saúde por meio de concurso público com valorização dos salários**, para a garantia do atendimento a todos, se posicionando contra formas precarizadas de contratação, como vínculos por pessoa jurídica ou contrato por fundações privadas e organizações sociais. Esse esfacelamento das relações de trabalho contribui para a desorganização dos trabalhadores para reivindicação de seus direitos e não garante condições minimamente dignas de trabalho no setor; isso ficou escancarado durante a pandemia de Covid-19, quando trabalhadores do setor viraram jornadas extensas de trabalho sem remuneração adequada e sem equipamentos de proteção individual garantidos, expondo a própria vida;
- **Ampliar serviços de atenção básica em saúde, serviços ambulatoriais, de pronto atendimento e dos leitos hospitalares**, inclusive, os de Unidades de Tratamentos Intensivos (UTI), e também da capacidade dos Centros Cirúrgicos, com infraestrutura e equipamentos necessários a uma assistência adequada e de qualidade. Nos casos necessários de determinadas especialidades fazer mutirões para consultas e exames de maneira a reduzir as filas de espera.

4.2. Saúde do Trabalhador e Vigilância em Saúde

Segundo a Organização Mundial de Saúde, as principais causas de morte, de sete a cada dez, no mundo são por doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, doenças respiratórias crônicas e lesões, sendo a doença cardíaca a principal causa de óbito em todo o mundo nos últimos 20 anos.

Em países de baixa renda, é possível notar que doenças infectocontagiosas ainda representam maiores graus de fatalidade.

O perfil de morbidade da população brasileira é caracterizado, de acordo com o PNS (2020/2023), “pela crescente prevalência e incidência das doenças crônicas não transmissíveis, pela persistência das doenças transmissíveis que já poderiam ter sido eliminadas, bem como pela alta carga de acidentes e violências e, consequentemente, com reflexo nas taxas de mortalidade”.

Há a constatação que, a depender da região do estado de São Paulo, existe um maior risco de adoecimento e morte. Por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na Baixada Santista, região de Registro ou Vale das Cachoeiras, é maior do que nas outras regiões do estado; o risco de infecção de tuberculose na Baixada Santista é duas vezes maior que a média estadual com tendência crescente, e também na Capital, que também apresenta coeficiente acima da média do estado para esta doença.

Estes exemplos mostram como a falta de políticas sociais amplia a possibilidade de morte e adoecimento da classe trabalhadora, e algumas doenças que poderiam ser evitadas se mantêm prevalentes em nosso estado.

A saúde do trabalhador é reduzida ao adoecimento por fatores direta ou indiretamente ligados ao trabalho, mas os diagnósticos da medicina tradicional não são capazes de capturar os nexos causais das formas de adoecimento com o modo de produção e reprodução da vida. Além disso, enquanto para a classe dominante a saúde representa a otimização das capacidades físicas e mentais, para a classe trabalhadora ela ocupa o lugar de manutenção e reposição dessas capacidades para a produção e para o trabalho.

O cenário fica ainda mais oneroso para os trabalhadores com a vinculação dos atendimentos à saúde às empresas: o lucro e as demandas do mercado vem antes da vida da população, de forma que não há a garantia necessária de afastamento em casos de adoecimento de trabalhadores.

Outro ponto que precisamos ter em mente na análise da saúde da classe trabalhadora são os programas de reabilitação e os programas de cuidado aos doentes crônicos e aos idosos, substratos populacionais completamente negligenciados pelo governo e fontes de lucro para os planos de saúde, devido a ausência de uma política estatal abrangente e acolhedora para com esses segmentos populacionais.

Mesmo nas maiores cidades do estado, não existe nenhum projeto estadual de organização de instituições de longa permanência que possam acolher a população

com vulnerabilidade social ou a população idosa que já não tem o suporte familiar para o cuidado. Muitas vezes essas pessoas acabam “morando” em leitos hospitalares, e estes não têm a capacidade adequada de realizar o cuidado que estes pacientes demandam.

Sobre os programas de reabilitação, também existe um vácuo por parte do governo do estado nesse aspecto. Instituições privadas dominam o setor, dificultando a recuperação e reabilitação dos trabalhadores que sofrem com sequelas de doenças relacionadas ao trabalho, doenças crônico-degenerativas e que são vítimas de acidentes traumáticos. A rede de atenção primária, secundária e terciária não dá conta de prestar o atendimento quaternário (de reabilitação) necessário, o que faz com que esses trabalhadores fiquem com sequelas irreversíveis, muitas vezes.

Dessa maneira, enquanto comunistas, entendemos ser central a luta pelos aspectos listados abaixo.

- **Instituir uma política mais consistente para o enfrentamento de doenças infecto-contagiosas**, que são doenças evitáveis, já erradicadas em muitos países e com altos índices em algumas regiões de nosso estado;
- **Expandir e consolidar, para todas as cidades do estado, programas de tratamento de doenças infectocontagiosas** como Tuberculose e Hanseníase, com a garantia de tratamento adequado e, se necessário, supervisionado, nas unidades básicas de saúde para a população acometida;
- **Expandir e consolidar programas de prevenção e tratamento ao HIV/AIDS para todos os municípios do estado**, garantindo o acesso de toda a população que tem indicação de uso aos programas da PREP (profilaxia pré-exposição) e PEP (profilaxia pós-exposição). Atualmente observamos que existe dificuldade de acesso aos trabalhadores a esses programas de profilaxia, inclusive em grandes cidades do estado, ficando reservada a disponibilidade via SUS aos setores da população com maior acesso a informação (estudantes universitários ou setores de classe média alta);
- **Garantir que os serviços da rede pública de saúde recebam formação continuada para que possam fazer diagnósticos qualificados/explicativos de adoecimentos que possam ter nexos causal com as condições de trabalho.** A política de saúde do trabalhador não deve depender de planos privados e atendimentos vinculados às empresas, pois normalmente estes atendimentos não garantem afastamento necessário por sofrer pressão de outras demandas, como o lucro e demandas do mercado acima da vida dos trabalhadores;
- **Estruturar organizações (coletivos) de trabalhadores estaduais, regionais, municipais e locais** que possam realizar a auto-gestão e estruturação dos atendimentos em saúde do trabalhador, desvinculados das empresas e do capital privado;
- **Articular política de Seguridade Social**, considerando os setores de saúde, assistência social e previdência, considerando inclusive a demanda ao governo federal de contratação de servidores e financiamento público ao INSS;

- **Construir instituições de longa permanência** em diversas cidades pelo estado que funcionem como centros de referência para as cidades ao redor e que acolham a população em vulnerabilidade social e a população idosa (que não tem condições de realização do autocuidado) com profissionais em saúde capacitados para o cuidado e seguimento dessa parcela da população;
- **Construir centros de reabilitação** nas grandes cidades do estado com equipes de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional, psicologia, enfermagem e especialidades médicas específicas disponíveis para os pacientes vítimas de acidentes traumáticos, lesões relacionadas ao trabalho e vítimas de doenças crônicas.

4.3. Cuidado em saúde Mental

O cuidado à saúde mental no momento de intensificação da crise política, social, econômica e sanitária tem se destacado nas demandas de cuidado em saúde. De acordo com dados da OMS, em 2019, a morte por autolesão está entre as principais causas de morte da população em idade economicamente ativa. Observa-se tanto um processo de individualização do sofrimento com uma prática de super medicalização, como também naturalização das contradições, levando a tratamentos que buscam normatização e adaptação dos sujeitos.

Há ainda um processo de ampliação do encarceramento da população mais pobre, intensificando uma perspectiva de cuidado asilar - cuidado a casos graves e persistentes, ou uso de substância psicoativas em instituições fechadas, com internação de longa duração. Percebe-se um aumento de leitos em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, sendo o estado de São Paulo um dos pioneiros e principais referências neste processo. Em relação ao levantamento de Hospitais Psiquiátricos vinculados ao SUS por estado, São Paulo é o que apresenta maior investimento e tem maior número de leitos no país.

Outro debate que está no centro do cuidado em saúde mental é referente ao uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA). Observa-se um processo de criminalização do uso de SPA vinculado à criminalização da pobreza, reforçando uma perspectiva militarizada de cuidado com ações de caráter higienista. Em vez de cuidar das pessoas de maneira integral, compreendendo inclusive que o uso abusivo de SPA é também reflexo das contradições sociais, contribuindo com o processo de reabilitação e redução de danos para quem apresenta um quadro de dependência e uso abusivo de substância, os últimos governos estaduais têm estabelecido uma prática de retirada forçada das pessoas da rua, institucionalização em serviços fechados e super medicalização.

Dessa maneira, enquanto comunistas, entendemos ser central a luta nos aspectos citados abaixo.

- **Cuidar da saúde mental em serviços territoriais e comunitários, com equipes multiprofissionais**, que tem como perspectiva um cuidado integral e de reinserção social e no mercado de trabalho;
- **Reverter imediatamente o processo de aumento e investimento em hospitais psiquiátricos e em Comunidades Terapêuticas**, serviços estes

que representam uma prática de cuidado higienista e mercantilizada. Abertura de leitos para cuidado em saúde mental em hospitais gerais;

- **Pressionar pela descriminalização e legalização das drogas**, com instituição de uma política consistente de redução de danos;
- **Garantir a implementação de política à pessoa com deficiência**, possibilitando inserção social e de trabalho a toda classe trabalhadora.

4.4. Opressões e Cuidado à Saúde

Situações de machismo, racismo e LGBTfobia também se expressam no setor saúde e, como nos demais espaços, devem ser duramente combatidas. É essencial que, enquanto governo do estado, se estabeleça uma política consistente contra qualquer tipo de opressão, e considerando o acesso à saúde, situação em que as pessoas buscam suporte em momentos sensíveis de sua vida, que esta temática seja amplamente tratada com os trabalhadores da rede de saúde.

Observa-se que os profissionais ainda têm dificuldade de identificar essas demandas, acolher e oferecer ajuda às vítimas de violência e deve ser fortalecida ações nos vários níveis de atenção, considerando aspectos inclusive sobre como estas questões se expressam de maneira distinta com recorte de classe.

É essencial que as mulheres tenham liberdade de escolha e cuidado com seu corpo, podendo inclusive escolher se mantém ou não um processo de gestação. Apesar do aborto ser considerado ilegal, esta é uma prática de acontece regularmente, mas atinge as mulheres de maneira diferente a depender de sua classe social. Mulheres de classe média e alta acabam por acessar este procedimento através do setor privado, e mulheres pobres se vêem sem a possibilidade de escolha por falta de recursos, fazendo muitas vezes procedimentos com maiores riscos de complicação.

Há indicadores oficiais que 8,1% das mortes maternas do estado de São Paulo estão relacionadas a situações de aborto, e o índice geral de mortalidade materna vem aumentando desde 2011. Além disso, expressões do machismo estrutural são explícitas no setor de obstetrícia, com altos índices de cesáreas sem critérios clínicos e situações de violência obstétrica.

Quando avaliamos a saúde da população transexual/travesti, as políticas públicas estaduais são ainda mais dramáticas. Não existe um programa por parte do governo do Estado para garantia de atendimento no SUS; algumas iniciativas existentes em hospitais universitários partem de iniciativas individuais de profissionais que entendem a importância e a necessidade do atendimento da pessoa trans/travesti.

Não há ambulatórios suficientes pelo estado especializados no atendimento à população trans, com garantia de acolhimento, atendimento com equipe de psicologia, equipe médica e assistência social. Há oferta de baixo número de acesso à cirurgia de redesignação sexual, com uma imensa lista de espera; dificuldades em acesso às terapias de hormonização. Percebe-se que existe um claro desinteresse por parte do governo do estado no atendimento em saúde da população trans.

Dessa maneira, enquanto comunistas, entendemos ser central a luta pelos aspectos listados abaixo.

- **Pressionar pela descriminalização e legalização do aborto**, com garantia de atendimento na rede pública de saúde a todas as mulheres que precisarem, além da ampliação dos programas que garantam os métodos anticoncepcionais (tais como o DIU, pílulas e preservativos) e da ampliação e facilitação dos procedimentos cirúrgicos que garantam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres quando assim desejarem;
- **Estabelecer uma política consistente nas instituições de saúde contra violência obstétrica**;
- **Instalar Centros de Parto Normal Público** para a otimização de políticas de humanização do parto, pré-parto, pós-parto e puerpério, além de auxiliar na criação e manutenção de grupos de gestantes, pais e acompanhantes para ofertar suporte neste processo. Essencial a criação de políticas públicas para reversão de altas taxas de cesáreas eletivas;
- **Formar e instituir uma rede de combate às violências contra a mulher, criança e adolescente, população negra e LGBT**, envolvendo o setor saúde;
- **Desvincular o tratamento de hormonização para pessoas trans do programa DST/AIDS e alocação junto a outros programas de saúde da mulher e população LGBT**;
- **Organizar ambulatórios especializados por todo o estado, distribuídos em cidades satélites, no atendimento da população trans**, com atendimento garantido por parte de profissionais da assistência social, psicologia, psiquiatria, clínica médica, ginecologia, urologia, endocrinologia e quais mais forem julgadas necessárias, garantido acolhimento, tratamento e seguimento de toda pessoa que procurar atendimento;
- **Expandir o serviço público na oferta de cirurgias de redesignação sexual**, garantindo a possibilidade do procedimento a pessoa trans em seguimento nos ambulatórios especializados;
- Garantir o **reconhecimento do nome social da pessoa trans e travesti** em todos os serviços de saúde.

5. SOLIDARIEDADE DE CLASSE: O PODER POPULAR CONTRA O MILITARISMO, O MACHISMO, O RACISMO E TODA FORMA DE OPRESSÃO!

No que tange à militarização, a violência e a política criminal: como comunistas, sabemos que o Estado e seus órgãos de segurança cumprem um papel de repressão aos trabalhadores na sociedade capitalista.

Uma eleição não vai, por si mesma, mudar essa dinâmica que é da essência da sociedade que vivemos. Até mesmo questões reformistas básicas, como a desmilitarização da segurança e o fim da guerra às drogas, são inviáveis sem grandes lutas da classe trabalhadora organizada.

Contudo, se formos coerentes, podemos atuar no interior da institucionalidade na promoção de dois eixos centrais: na redução dos danos promovidos pelo poder punitivo burguês e na promoção de instrumentos que auxiliem e favoreçam na construção da autodefesa das comunidades trabalhadoras.

Nesse sentido, defendemos, entre outras medidas:

- **Lutar pela extinção da Polícia Militar e pela desmilitarização do Corpo de Bombeiros, no âmbito federal.** Por uma completa desmilitarização e reestruturação da segurança pública, sob um marco civil unificado e sob o controle direto da população trabalhadora, com participação popular direta, organizada e coletiva na segurança pública.
- **Emergencialmente, expandir as câmeras corporais para 100% do efetivo da PM paulista,** como medida de controle da atuação policial e de segurança inclusive para os próprios policiais.
- **Criar Conselhos de Segurança Popular (CSP).** Os Conselhos de Segurança Popular (CSP) estarão voltados para a proteção e o apoio à população, para a prevenção da violência e a resolução de pequenos conflitos e crimes, devendo propiciar todo o tipo de assistência à população, com equipe técnica de assistência jurídica, social, e apoio psicológico, entre outros; e substituirão os CONSEG's (Conselhos participativos de Segurança). As direções dos CSPs devem ser eleitos pela própria comunidade onde eles atuam. Os conselhos devem pautar formas coletivas de resolução de conflitos que deem voz para a(s) vítima(s) na própria resolução do processo, priorizando sempre a reparação de danos como solução para o conflito.
- **Realizar conferências e plebiscitos anuais em cada bairro e município do estado,** onde os próprios moradores possam definir suas prioridades em termos de política de segurança local. Estabelecer prêmios aos órgãos policiais que cumpram com as metas locais.
- **Elencar como prioridades estaduais a redução ao número de homicídios, feminicídios e a expansão dos sistemas de segurança voltados a casos de desaparecimento,** que envolvem centenas de homicídios não contabilizados.

- **Financiar e apoiar a formação de rondas comunitárias em territórios indígenas e ocupações rurais.**

- **Lutar pela revisão de todo o sistema prisional;** a prioridade do sistema de justiça criminal deve ser colocada nos crimes que atentem à vida, cometidos com violência ou grave ameaça, ou crimes de cunho sexual. Somente para esses crimes devem ser impostas medidas de caráter prisional, sendo os demais conflitos abarcados pela questão criminal resolvidos a partir de outras formas de responsabilização (reparação do dano, serviços à comunidade).

- **Colocar as necessidades das vítimas no centro da política criminal.** Fazer com que, salvo exceções previstas em lei, a manifestação expressa de vontade da vítima seja um requisito para a intervenção penal e que a satisfação da pessoa/comunidade ofendida torne-se uma prioridade do sistema de justiça tanto na justiça criminal como nos Conselhos de Segurança Populares.

- **Abrir espaço prisional para a comunidade;** facilitar o acesso ao espaço prisional aos familiares de pessoas presas, à construção de atividades acadêmicas e profissionais no interior do espaço prisional. Todas as penitenciárias femininas devem ser adequadas para permitir o contato e convívio de detentas com seus filhos/as, com a construção de creches, fraldários e demais espaços necessários. Adesão aos pontos programáticos da agenda nacional pelo desencarceramento⁴

- **Aplicar o limite de vagas no sistema carcerário;** proibir expressamente o ingresso de novos detentos em unidades prisionais sem vagas para receber novos internos. Concessão de indulto, progressão de regime ou prisão domiciliar aos detentos mais próximos do fim de suas penas para liberar novas entradas em caso de condenações posteriores que demandem novas vagas.⁵

- **Nenhum novo presídio!** As taxas de encarceramento e superlotação do sistema prisional brasileiro crescem em conjunto com o aumento da violência na sociedade em geral, a construção de novos presídios é inútil tanto no combate à superlotação quanto na proteção da população. A verba resultante do fim da construção de unidades prisionais pode ser usada: (i) na melhoria das condições de vida das prisões atuais, (ii) programas de emprego e renda para a população em geral e (iii) outras medidas de Segurança Pública como a construção de abrigos para vítimas de violência ou auxílio financeiro.

- **Criar programas de emprego para a população em geral, mas também focados em egressos do sistema prisional,** como medida de reinserção social e diminuição das taxas de criminalidade e encarceramento, além de cooperativas com ex-internos.

- **Instituir assistência financeira para familiares de internos do sistema prisional,** como auxílio transporte para a realização de visitas.

- **Lutar pela legalização das drogas e o fim da guerra aos pobres:** estabelecer uma nova política de drogas, não mais pautada na criminalização e repressão estatal. Tal qual a vigilância sanitária se viabiliza sem prisões em massa e

⁴ https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2016/10/AGENDA_PT_2017-1.pdf

⁵ <https://www.conjur.com.br/2021-jun-11/keese-siebner-numerus-clausus-sistema-carcerario-stf>

execuções extrajudiciais contra donos de restaurantes que atentam contra normas sanitárias, o controle popular de substâncias entorpecentes pode prescindir de tais meios de repressão;

- **Lutar pelo julgamento e punição dos responsáveis pelas torturas, assassinatos** e outras violências cometidas pelos aparatos de repressão e seus agentes contra o povo brasileiro, desde a Ditadura Civil-Militar até os dias de hoje;

- **Pressionar pela reforma do sistema de justiça em geral**; fim dos concursos públicos e salários altos para juízes. O sistema de justiça deverá ser composto por membros eleitos por suas comunidades com mandatos previamente estabelecidos e revogáveis, com salários estabelecidos a partir do salário mínimo DIEESE.

- **Investigar com controle popular dos casos de corrupção envolvendo os governos estaduais tucanos** (como o caso do trensalão, máfia das merendas e etc.), com estabelecimento de comissões parlamentares de inquérito mas também outras investigações para além dos instrumentos parlamentares;

- **Combater a corrupção**; aplicação de medidas de expropriação e reparação integral dos danos aos fundos públicos em casos de corrupção, proibição de evasão do território nacional e retirada do passaporte até o cumprimento das medidas de reparação;

- **Expandir e construir centros de justiça restaurativa**, com resolução comunitária de conflitos. Com atuação de assistentes sociais, psicólogos e orientação jurídica caso os usuários requisitem.

- **Assegurar amplo acesso à tribuna** dos parlamentos estaduais e dos órgãos do poder executivo estadual às organizações dos trabalhadores;

- **Realizar plebiscitos e referendos** sobre todas as questões relevantes em discussão na sociedade;

- **Lutar pelo julgamento e punição dos responsáveis pelas torturas, assassinatos** e outras violências cometidas pelos aparatos de repressão e seus agentes contra o povo brasileiro, desde a Ditadura Civil-Militar até os dias de hoje;

- **Estabelecer políticas de memória e verdade no combate ao legado ideológico não apenas da Ditadura Civil-Militar, mas também da escravidão.** Abertura total dos arquivos dos órgãos de repressão, preservando a documentação existente e ampliando do acesso ao conhecimento sobre os períodos da escravidão, das ditaduras e sobre o genocídio da população negra e dos povos indígenas ainda em curso;

- **Acabar com a farra dos militares** nos cargos civis indicados pelo poder público;

- **Chega de militarismo na educação!** Pôr fim à iniciativa das chamadas “escolas cívico-militares” em todo o estado de São Paulo;

- **Lutar pela garantia e respeito ao uso do nome social**; pela **inclusão da disciplina de educação sexual** na grade curricular nas escolas e nos cursos de

formação de professores levando em conta as diversidades sexual e de gênero; pela **garantia da saúde específica e especializada para a população LGBT pelo SUS**;

- **Lutar pela plena liberdade para as religiões de matriz africana;**
- **Expandir o horário de atendimento de 125 delegacias da mulher para funcionarem 24 horas por dia**, reequipando-as com apoio psicológico, assistência social e jurídico em tempo integral. Construção de mais 30 delegacias da mulher pelo estado nos próximos 3 anos, com horário 24 horas, priorizando sua construção nas regiões mais pobres e com maior número de ocorrências de violência contra a mulher;
- **Construir 10 casas de acolhimento para a população LGBT no estado**, em parceria com as prefeituras, pelos próximos 3 anos, com suporte em assistência social, psicologia, cozinhas solidárias e empregos nas frentes de trabalho;
- **Construir, em parceria com as prefeituras, 30 Centros de Referência da Mulher**, equipados com abrigo, atendimento psicológico, social, jurídico e empregos nas frentes de trabalho, com atendimento 24 horas, com prioridade para as regiões mais pobres e com maior número de ocorrências de violência contra a mulher;
- Pôr fim a todos os contratos públicos e convênios com autoridades e empresas israelenses e suas subsidiárias! O governo estadual não será cúmplice a um Estado de segregação racial e étnica e se comprometerá a construir um Estado de São Paulo como uma zona livre de apartheid.
- Proibir compras e aquisição de qualquer tipo de armamento, munição e tecnologia militar de empresas israelenses ou subsidiárias para as forças de segurança do estado de São Paulo!

6. O FUTURO DE SÃO PAULO: EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O projeto de precarização da escola pública no Brasil está em curso há longa data, com objetivo de relegar aos pobres uma “escola pobre”. Professores, trabalhadores da educação, alunos, familiares e comunidade têm resistido a esse projeto, mantendo a escola pública em funcionamento e, mesmo diante de inúmeras dificuldades, propiciando aprendizagens e conhecimentos para as novas gerações.

Nós comunistas participamos dessas lutas não apenas para fortalecê-las, mas também para reverter a precarização do ensino no Brasil, a fim de construir uma educação popular que possibilite às novas gerações apropriar-se do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, conhecer o mundo e nele intervir, formar-se crítica e integralmente nas múltiplas dimensões da vida, respeitando a diversidade das formas de existência humana.

Os retrocesso da Escola sem Partido, das Escolas Cívico-Militares, do Ensino Domiciliar e dos cheques educacionais (“vouchers”), do Novo Ensino Médio e da imposição das escolas do Programa de Ensino Integral (PEI) são a negação da educação popular, pois limitam fortemente as possibilidades de aprender, negam a diversidade e visam acomodar a juventude a um lugar de aceitação das desigualdades e injustiças. Por isso, não aceitaremos que tais medidas sejam implementadas e trabalharemos para a revogação daquelas já em curso no Estado de São Paulo. Para tanto, contamos com as organizações populares, os professores e os demais trabalhadores da educação, sempre construindo coletivamente as políticas educacionais estaduais. Nossas propostas centrais para o programa de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo são:

- **Expandir sistema de educação público e gratuito, laico e socialmente referenciado**, com vistas à universalidade do acesso e à permanência dos estudantes, em todos os níveis, com controle popular sobre sua operação!;
- **Lutar contra os cortes orçamentários e o projeto de desmonte e privatização da educação pública**;
- **Expandir e universalizar o ensino público, gratuito e de qualidade nos níveis fundamental e médio e das escolas do campo, indígenas e quilombolas**. Deve-se ampliar o ensino público e gratuito no horário noturno e instituir o número máximo de 25 alunos por sala de aula para todas as escolas e turnos;
- **Estatizar Sistema S, sendo gerido em parceria com organizações da classe trabalhadora (sindicatos)**;
- **Acabar com as políticas antissindicais que são executadas dentro e fora das escolas**;
- **Revogar Novo Ensino Médio, da BNCC, do Novotec Integrado, do Novotec Expresso, do Inova, da PEI**. É urgente amplo e rigoroso debate sobre um currículo da educação paulista que supere os limites das políticas nacionais e estaduais ora vigentes, que bloqueiam o acesso ao conhecimento, a fim de promover junto às escolas e às universidades

públicas uma reforma curricular que tenha como objetivo que todas as alunas e todos os alunos se apropriem do patrimônio histórico-cultural da humanidade em todas suas formas, e não sejam formadas para um mercado de trabalho precarizado.

- **Acabar com a farsa do Novo Ensino Médio.** Na reconstrução popular do currículo estadual de ensino médio e técnico nos pautaremos nas experiências dos institutos federais e das ETECs para a construção de um ensino que forme tecnicamente a juventude, mas também possibilite o acesso ao conhecimento científico, filosófico e artístico, com infraestrutura que permita não apenas a aprendizagem de ramos técnicos do trabalho, mas que seja disponibilizado aos estudantes o acesso aos ramos tecnológicos mais avançado;
- **Estabelecer Saresp por amostragem**, reformulado de acordo com a reforma curricular proposta, sem ranqueamento e, em lugar de punição, maior suporte material, técnico e pedagógico para as escolas com desempenhos mais frágeis!;
- **Construir em conjunto com as escolas uma política educacional estadual permanente contra o racismo, o patriarcado e a violência de gênero!;**
- **Lutar pela valorização dos professores e dos trabalhadores da educação da rede estadual de ensino!** Revogar a Lei Complementar 1.374, de 30 de março de 2022, com a manutenção dos salários e o fim do pagamento por subsídio. Reestruturar a carreira docente e dos demais trabalhadores da educação tendo como base o salário-mínimo calculado pelo DIEESE, e o mínimo de 1/3 de hora atividade.
- Abertura urgente de concursos e a incorporação imediata dos professores contratados em regimes precários como efetivos, por meio de pontos adicionais no concurso para cada ano de trabalho prestado como “Categoria O”.
- **Confiar nos nossos professores e demais trabalhadores da educação!** Por isso, os conselhos de escola devem ser fortalecidos, ampliando sua autonomia, e eliminar as políticas de cerceamento de liberdade de cátedra dos professores;
- **Ampliar escolas de ensino integral**, sob estas novas bases, para privilegiar as mães trabalhadoras e garantir a aprendizagem e o cuidado com as novas gerações. Para isso, é necessária uma revisão total das escolas do Programa de Ensino Integral já implementadas;
- **Acabar com a terceirização da merenda escolar**, com a incorporação imediata dos trabalhadores contratados como efetivos e a abertura de concurso para as vagas remanescentes. Os alimentos deverão privilegiar aqueles produzidos pela agricultura familiar e assentamentos do Estado e servir a todos da escola;
- **Reformar os prédios escolares** a fim de garantir a estrutura mínima de laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas cobertas, banheiros em

quantidade necessária e com esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, rede de WiFi com velocidade compatível em todo espaço escolar, com estrutura que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência e a ser realizada pelas frentes de trabalho;

- **Reorganizar a escolarização dos adolescentes atendidos pela Fundação CASA** em consonância com a reforma da política carcerária estadual, privilegiando medidas socioeducativas humanizadoras e não punitivistas;
- **Construir Centros de Educação Popular em âmbito estadual**, com a implementação de creches, serviços de saúde, alimentação de qualidade e vínculo à comunidade local das crianças;
- **Defender o fim dos vestibulares** em todas as universidades como bandeira nacional. Consolidação de uma meta de fim do vestibular nas universidades estaduais, por meio da expansão acelerada das vagas.
- **Defender a política de cotas sociais, raciais e cotas trans** nas Universidades até que se atinja a meta do fim do vestibular.
- **Construir políticas de permanência nas universidades públicas e nos institutos federais** que garantam as condições de vida e de estudo de todos os alunos e todas as alunas, como ampliação dos restaurantes universitários, auxílio transporte (incluindo a implementação de linhas de transporte coletivo que garantam a mobilidade e o acesso aos campi), moradia, creches, bolsas de estudo que garantam dignidade para graduação e pós graduação;
- Estabelecimento nas Universidades Públicas estaduais paulistas de **eleições diretas e paritárias para a Reitoria**.
- **Estabelecer política de passe livre para estudantes!** Enquanto não houver uma política de tarifa zero, garantir a gratuidade da passagem para estudantes, inclusive aos finais de semana!
- **Aumentar o financiamento nos hospitais universitários**, encerrando a participação da iniciativa privada nesses serviços e garantindo a equidade e a universalidade do acesso nesses serviços, finalizando a existência das "duplas portas" nesses hospitais;
- **Revogar as emendas constitucionais que congelam a realização de concursos públicos nos hospitais universitários do Estado de São Paulo** e pela abertura de concursos que supram o déficit de professores nas faculdades de medicina e de médicos assistentes e preceptores nos hospitais vinculados às universidades;
- **Aumentar o número de programas de residência multidisciplinar**, com garantia de preceptoria qualificada, auxílio moradia, auxílio alimentação e aumento no valor do pagamento da bolsa mensal. É necessário que todos os serviços de saúde estaduais vinculados a algum programa de ensino tenham um programa de residência multidisciplinar para a formação especialista de nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, entre outros profissionais necessários para a demanda local.

- **Reajustar o valor das bolsas de residência**, com garantia por parte do governo do estado do pagamento de subsídio de vale alimentação e auxílio moradia.
- **Garantir que a regulamentação do MEC sobre a carga horária do médico residente seja cumprida nos hospitais do estado**, não devendo ultrapassar as 60h semanais por residente.
- **Aumentar proporcionalmente o número de vagas nos programas de residência médica** de acordo com as necessidades das regiões específicas do estado, sempre com garantia de preceptoria qualificada e supervisão nos estágios.
- **Abrir concursos imediatos para suprir o déficit crescente de professores e servidores técnicos nas universidades estaduais paulistas**;
- **Rever imediatamente o repasse previsto do ICMS para as universidades estaduais paulistas e atualizar o seu valor!** Ao longo do mandato, será realizada a transição para a vinculação desse financiamento a uma fonte menos sensível aos altos e baixos da economia, e que recaia menos sobre o povo pobre;
- **Pressionar a nível nacional por 10% do PIB para a educação pública**, com destinação da verba do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) exclusivamente para a educação pública com gestão pública;
- **Acabar as parcerias com instituições, fundações e organizações de interesse privado ligadas ao grande capital em todos os níveis de ensino!**
- **Desenvolver uma política de construção em massa de espaços culturais nos bairros**, como forma de garantir amplo acesso da população às artes e de incentivar a emergência de novos talentos culturais nas regiões populares.
- **Transformar a TV Cultura** em uma instituição a serviço da cobertura jornalística das principais lutas da classe trabalhadora no estado, bem como da difusão de uma cultura popular comprometida com a transformação social.
- **Iniciar um processo de audiências públicas para a constituição de um Plano Estadual de Cultura** (hoje inexistente), baseado nas necessidades do povo trabalhador no geral e dos/as trabalhadores/as da cultura em particular.